



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Assunto: DECISÃO CGE-CODUSP/LAI 00178/2023

Número de referência: PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Administração Penitenciária – SAP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de cópia do e-mail acerca da intimação dos depoentes especificados para instrução de Apuração Preliminar. Pedido em duplicidade. Não conhecimento.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00178/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Administração Penitenciária - SAP, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso o órgão informou que *“a mesma solicitação foi feita através do protocolo SIC - [REDACTED] e está sendo analisada.”* Insatisfeito, o cidadão apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. No caso em apreço, observa-se que o órgão entendeu por bem desconsiderar o presente pedido e explicou ao cidadão que o pedido será atendido na solicitação protocolada sob o número [REDACTED] pois trata-se de duplicidade.
4. Assim, não há que se falar em negativa de acesso à informação, uma vez que as informações requeridas estão sendo analisadas em outro pedido, de mesmo teor, que encontra-se regular tramitação no órgão.
5. Desta forma, o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso, conforme previsto no artigo 20, caput do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelo artigo 31 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, com alterações posteriores.
6. Ante ao exposto, considerando, a autuação em duplicidade, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/12, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850/2022.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 23 de maio de 2023.

[REDACTED]
Antonio Carlos Santa Izabel

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor Coordenadoria de
Ouvidoria e Defesa do Usuário Público